

UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO ESPÍRITO SANTO

Termo de Referência 27/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2025	114619-UNIDADE ESTADUAL DO IBGE NO ESPÍRITO SANTO	CARLOS EDUARDO GASPAR JUNIOR	17/03/2026 13:56 (v 0.15)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		03632.000201/2025-25

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 03632.000201/2025-25)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos de manutenções preventivas e corretivas nos veículos que compõem a frota da Superintendência Estadual do IBGE no Espírito Santo (SES/ES-IBGE), gerenciados por meio de sistema informatizado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Especificação	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Valor anual	Valor total	Critério de julgamento
1	Serviço de manutenções preventivas e corretivas, reboque por guincho, reparo de pintura, funilaria, tapeçaria, chassis, mecânica, elétrica, instalação de película protetora solar e adesivos e lavagem, com o fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais, por meio de sistema informatizado de serviço de administração e gerenciamento, nos veículos que compõem a frota da Superintendência	3565 - Manutenção de Veículos Leves e Pesados	Unidade (un)	1 (um)	R\$ 326.637,55	R\$ 1.633.187,75	Maior desconto

	Estadual do IBGE no Espírito Santo (SES /ES-IBGE), em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e dos seus anexos.						
2	Sistema de gerenciamento informatizado de manutenção veicular, em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e dos seus anexos.	25518 - Administração / Gerenciamento-Manutenção Veículo Automotivo	Unidade (un)	1 (um)	R\$ 0,20	R\$ 1,00	Menor preço

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como **continuado** tendo em vista o Estudo Técnico Preliminar.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **5 (cinco) anos** contados da **data de assinatura do contrato**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2025**, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 33787094000140-0-000028/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;

III) Id do item no PCA: 31;

IV) Classe/Grupo:851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL (ADMINISTRAÇÃO / GERENCIAMENTO-MANUTENÇÃO VEÍCULO AUTOMOTIVO);

V) Identificador da Futura Contratação: 114619-20/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos essenciais

4.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, devem ser observados os seguintes requisitos pela contratada:

4.1.1. A empresa contratada deverá:

4.1.1.1. estar apta a prestar serviços de administração da manutenção de veículos, através de ampla rede credenciada em todo o estado do Espírito Santo, em especial, nas cidades nas quais a SES/ES possui unidades, quais sejam: Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, Vitória, Vila Velha, São Mateus e Serra;

4.1.1.2. credenciar oficinas, sempre que possível, nas imediações das unidades da contratante;

4.1.1.3. disponibilizar rede de oficinas credenciadas que realizem os serviços constantes dos estudos técnicos preliminares, genericamente referidos abaixo, ser capaz de fornecer as peças e acessórios e realizar todos os serviços necessários para a manutenção corretiva, preventiva e a instalação ou substituição de acessórios para os veículos da frota da SES/ES-IBGE:

- Mecânica em geral;
- Arrefecimento;
- Refrigeração;
- Elétricos/eletrônicos;
- Lanternagem, pintura e chapeação em geral;
- Alinhamento, balanceamento e suspensão em geral;
- Borracharia, incluindo o fornecimento de pneus;
- Instalação e manutenção de acessórios;
- Serviços de capotaria e estofamento; e
- Serviços de lavagem e higienização de veículos;
- Serviços de guincho/reboque disponíveis 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.1.1.4. fornecer um sistema que permite a autorização das Ordens de Serviço, lançadas pelas oficinas credenciadas, através dos gestores de contrato da Contratante, os quais poderão enviar as informações para outros estabelecimentos credenciados para obter, no mínimo, três orçamentos para cada Ordem de Serviço;

4.1.1.5. realizar somente as manutenções autorizadas por usuário habilitado para tal no sistema, e autorizar somente a manutenção de veículos que estejam cadastrados no sistema;

4.1.1.6. arcar com todas as condições contratuais pactuadas;

4.1.1.7. prestar todas as informações necessárias à fiscalização contratual;

4.1.1.8. fornecer a documentação necessária, bem como a extração de relatórios e a possibilidade de consulta em tempo real das manutenções e informações financeiras e operacionais, para os gestores de execução e administrativos do IBGE, que possibilitem o acompanhamento da execução do contrato, tais como, mas não limitado a, verificação de ordens de serviço e o acompanhamento dos custos de manutenção global, por veículo, por tipo de manutenção, por oficina, por centro de custos e por outros critérios relevantes;

4.1.1.9. fornecer à contratante acesso às tabelas de preços referenciais de peças e serviços para fins de fiscalização contratual;

4.1.1.10. manter o acesso aos relatórios do sistema informatizado após o encerramento do contrato, para que seja possível verificar dados históricos necessários para a efetiva fiscalização dos gastos;

4.1.1.11. credenciar e tornar disponível outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da contratante, em todo o território do Espírito Santo, sempre que houver interesse da contratante, observados os critérios estabelecidos neste Termo de Referência. O prazo para credenciamento ou de resposta da contratada para a contratante caso o estabelecimento não esteja interessado em se credenciar será de 30 (trinta) dias, a contar da solicitação da unidade gestora, sendo que, em todo caso, será necessário manter a rede credenciada dentro dos parâmetros deste Termo de Referência;

4.1.1.12. credenciar algum estabelecimento e/ou oficina habilitada pela fabricante da marca de veículo adquirido, caso a contratante venha a adquirir veículo novo para a sua frota, objetivando suprir todas as revisões necessárias para manutenção de garantia de fábrica;

4.1.1.13. fornecer suporte técnico para o sistema, com atendimento em até 24 horas após a solicitação da contratante;

4.1.1.14. indicar um preposto para representá-la perante a contratante nas demandas necessárias à execução e fiscalização do contrato;

4.1.1.15. executar os serviços objeto da contratação através de seus recursos tecnológicos e equipes técnicas especializadas, segundo padrões de excelência sob aspectos da organização, eficiência, qualidade e economicidade;

4.1.1.16. atender e solucionar problemas técnicos na plataforma da contratada, utilizado no atendimento às demandas da contratante, em prazo não superior a 1 (um) dia útil contados da notificação; e

4.1.1.17. prover forma alternativa para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso excepcional da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.

4.1.2. A empresa contratada não deverá:

4.1.2.1. inviabilizar, por qualquer motivo não justificado, a manutenção de garantia do fabricante, sob pena de incorrer em sanção administrativa; e

4.1.2.2. usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por qualquer meio, sem autorização prévia e por escrito da Administração da contratante.

Sustentabilidade

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. A contratada deverá garantir que as credenciadas atendam as políticas Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA;

4.2.2. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pneus com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE nos termos da Portaria INMETRO nº379/2021; e

4.2.3. O envio de documentos, incluindo ordens de serviço, orçamentos, notas fiscais, se dará exclusivamente por meio do Sistema de Gestão de Frota consistindo em um critério e prática de sustentabilidade, conforme aponta o item ‘c’ do subparágrafo 3.3 do Anexo III da IN nº 05/2017, evitando assim o uso desnecessário de papel haja vista o grande volume de documentos a serem gerados.

4.2.4. A licitante que vier a ser contratada será responsabilizada por qualquer de seus credenciados que venham a causar prejuízo à contratante em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas, por falta de cumprimento de normas ambientais. As empresas que se dedicam ao gerenciamento de manutenção de veículos assumem o risco, quando selecionam para a sua rede de credenciados, outras empresas em desacordo com as normas legais. Sendo assim, as empresas credenciadas pela licitante vencedora deverão seguir, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 1/2010, especialmente em relação à destinação adequada dos resíduos sólidos oriundos de sua atividade (tais como, óleos lubrificantes, pneus e peças).

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (**cinco** por cento) do valor **anual** da contratação.

4.5. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.5.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.5.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.5.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.5.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.9. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamentemente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.9.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.10.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.10.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.10.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.11. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial [A14].

4.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.13. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.14. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada [A15].

4.15. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.15.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.15.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.16. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.16.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.16.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.18. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.21. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. As ordens de serviço para manutenções preventivas e corretivas serão abertas via sistema informatizado disponibilizado pela contratada, que permitirá ao gestor da frota avaliar os orçamentos e replicar a solicitação de orçamentos para, no mínimo, outras três oficinas credenciadas;

5.1.2.2. O sistema informatizado disponibilizado pela contratada, em ambiente web, acessível por navegador mediante nome de usuário e senha, deverá fornecer, no mínimo, as funcionalidades descritas a seguir:

5.1.2.2.1. Abertura de ordens de serviço online e em tempo real;

5.1.2.2.2. Recebimento de orçamento online, com ferramenta para extração em formato planilha, texto ou PDF, para fins de controle e arquivo;

5.1.2.2.3. Avaliação e aprovação online e em tempo real de orçamento de peças, acessórios e serviços;

5.1.2.2.4. Cotação de preços de peças, acessórios e serviços online;

5.1.2.2.5. Acompanhamento online do status dos serviços que estiverem sendo efetuados;

5.1.2.2.6. Geração de relatórios gerenciais, operacionais e financeiros;

5.1.2.2.8. Cadastramento, exclusão, a alteração, o bloqueio e o desbloqueio de veículos, condutores, gestores de frota e administradores por parte da contratante, bem como, vincular veículos, condutores e gestores de frota a centros de custo específicos, de modo que os condutores e gestores de frota tenham gerência somente sobre os veículos vinculados ao seu centro de custos;

5.1.2.2.9. Aquisição, por meio da rede credenciada da contratada, de quaisquer peças de reposição conforme determina a ABNT NBR 15296 (peça de reposição com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, ou seja, daquela a ser substituída), compreende-se por peça de reposição todas as peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitados;

5.1.2.2.10. Possibilitar a comparação dos valores apresentados no orçamento com os valores de tabela de referência e com os valores médios do mercado, por meio do seu sistema informatizado, a fim de possibilitar que a fiscalização do contrato verifique eventuais riscos de sobrepreços.

5.1.2.3. A plataforma deverá possibilitar a realização de manutenção preventiva, corretiva, de garantia de fábrica e outras prestações de serviços, assim definidas:

5.1.2.3.1. Manutenção preventiva que tem como objetivo principal, mediante uma introdução sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo, no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do veículo. São exemplos de manutenção preventiva: troca e conserto de pneus, alinhamento, balanceamento e desempenho de rodas; troca de óleo do motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento e outros fluidos; lubrificação de veículos; reposição de palhetas de limpador; correias, etc.; substituição de itens do motor; limpeza do motor e dos bicos injetores; regulagens de bombas e bicos injetores; higienização do sistema de ar condicionado; lavagem e proteção da pintura e da carroceria do veículo; e outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou dos equipamentos ou por orientação da equipe de gestão e fiscalização da contratante;

5.1.2.3.2. Manutenção corretiva que compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva: serviços de retificação de motor; montagem e desmontagem de jogo de embreagens; serviços de instalação elétrica; serviços no sistema de injeção eletrônica; capotaria; tapeçaria; funilaria e pintura; manutenção nos sistemas de arrefecimento, freios, suspensão, direção e ar-condicionado; e outros constantes no manual dos veículos e/ou dos equipamentos ou por orientação da equipe de gestão e fiscalização da contratante;

5.1.2.3.3. Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a contratante com relação aos veículos ainda em prazo de garantia, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas. Sempre que houver

aquisição de veículos, a contratante notificará a contratada que providencie o credenciamento das concessionárias das respectivas marcas, nos municípios de localização dos bens e que possuam concessionárias instaladas;

5.1.2.3.4. Outras prestações de serviços de mão de obra, tais como lavagem e higienização de veículos, guincho /reboque e chaveiro, que deverão ser realizados através de profissionais qualificados em condições e instalações técnicas adequadas, objetivando a realização dos serviços com eficiência e qualidade desejada e com garantia.

5.1.2.4. As oficinas credenciadas deverão:

5.1.2.4.1. Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva de acordo com sua especialidade, com fornecimento de peças, componentes e demais materiais destinados à manutenção nas suas instalações, independentemente da marca do veículo;

5.1.2.4.2. Executar os serviços solicitados, com pessoal qualificado, mediante o emprego de técnica e ferramental adequados;

5.1.2.4.3. Devolver os veículos para as unidades descentralizadas em perfeitas condições de funcionamento, estando limpos interna e externamente;

5.1.2.4.4. Executar fielmente, dentro das melhores normas técnicas, os serviços que lhe forem confiados, de acordo com as especificações de fábrica e rigorosa observância aos demais detalhes emanados e/ou aprovados pela contratante, bem como executar tudo o que não for explicitamente mencionado, mas que seja necessário à perfeita execução dos serviços, desde que aprovado previamente;

5.1.2.4.5. Utilizar somente peças, materiais e acessórios novos e originais do fabricante, salvo solução técnica comprovadamente melhor, inclusive em termos de custo/benefício, mediante aprovação da contratante;

5.1.2.4.6. Fornecer em seu orçamento a relação das peças, componentes e materiais a serem trocados, bem como o volume de tempo de serviço e o custo do homem/hora a ser empregado, para aprovação de cada unidade descentralizada, respeitando os valores de mercado, sem sobrepreços;

5.1.2.4.7. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;

5.1.2.4.8. Não aplicar materiais/serviços sem prévia autorização da contratante;

5.1.2.4.9. Receber e fazer a inspeção dos veículos na chegada e saída da oficina;

5.1.2.4.10. Enviar à unidade requisitante, pela internet, por meio do sistema informatizado da contratada, orçamento dos serviços necessários a serem aplicados no veículo, com a descrição de peças, materiais, serviços com os tempos de execução em horas centesimais e preços líquidos;

5.1.2.4.11. Executar os serviços, somente quando autorizados, mediante o recebimento pela internet da Ordem de Serviço expedida pela unidade requisitante, por meio do sistema informatizado da contratada;

5.1.2.4.12. Disponibilizar profissionais qualificados para os serviços prestados;

5.1.2.4.13. Responder civil e penalmente pelo descumprimento de quaisquer disposições legais, inclusive por acidentes decorrentes da sua ação ou omissão, que ocorram durante a realização dos serviços objeto da contratação.

5.1.2.5. A manutenção será realizada somente após a aprovação da ordem de serviço via sistema por usuário autorizado, e apenas em veículos que estejam previamente cadastrados na frota;

5.1.2.6. Serão considerados como usuários os condutores habilitados pela contratante, gestores e fiscais do contrato, aos quais a contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, conforme o caso, e segundo determinação do órgão fiscal;

5.1.2.7. Em caso de intercorrências para a execução do contrato, a contratante acionará o preposto indicado pela contratada, que deverá estar deter conhecimento sobre os requisitos do contrato e estar apto para solucionar os problemas surgidos.

5.1.2.8. Caso o veículo volte a apresentar o mesmo defeito após a realização do serviço aprovado e o defeito não seja solucionado dentro do prazo de 90 (noventa) dias após a entrega do veículo previsto no art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, a contratada, responderá solidariamente à oficina, estornando integralmente o valor pago pela contratante.

5.1.2.9. A contratada deverá fornecer as garantias e segurança da plataforma conforme a seguir:

5.1.2.9.1. A autorização para qualquer operação somente será possível após digitação de uma senha válida do usuário, pessoal e intransferível;

5.1.2.9.2. O bloqueio do uso da senha deverá ser on-line e a partir da base operacional definida pela contratante mediante senha /rotina específica;

5.1.2.9.3. Cancelamento de senha somente pelos fiscais do contrato;

5.1.2.9.4. O uso indevido de senha de usuário não autorizado, cancelado ou bloqueado pelo fiscal do contrato será considerado falha do sistema e as despesas efetivas serão suportadas pela contratada.

5.1.2.10. A plataforma autorizará o faturamento da empresa credenciada para a contratada, e da contratada para a contratante, dos serviços executados e do fornecimento de peças e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos gestores de frota, designados pela contratante.

5.1.2.11. A contratada deverá adotar as providências necessárias para o cancelamento de ordem de serviço aprovada, quando demonstrado pela contratante que a aprovação se deu indevidamente por razões técnicas ou administrativas.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. Os serviços serão prestados de forma continuada, sob demanda da contratante.

5.1.3.2. A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos, com fornecimento de peças, deverá dar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do contrato, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web da contratada pelos servidores autorizados vinculados à contratante.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados em oficinas, concessionárias, autopeças, serviços de guincho e lavagem de veículos (dentre outros) da rede credenciada a contratada, não havendo local e horário previamente estipulado, por se tratar de serviço contínuo e sob demanda.

5.2.1. Os serviços considerados emergenciais, quais sejam, os serviços de guincho/reboque e de chaveiro, deverão ser disponibilizados 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. Manter disponível o sistema informatizado, por meio de plataforma web, necessário para a execução das atividades e consultas inerentes à execução do contrato durante toda a sua vigência, sem interrupções;

5.3.2. Emitir relatório mensal de manutenções e uso demais serviços incluídos no contrato, com a identificação do serviço, veículo, centro de custos, valor do serviço e demais informações pertinentes, juntamente com a fatura mensal detalhada e nota fiscal de prestação de serviços;

5.3.3. Disponibilizar, durante toda a vigência do contrato, disponível em horário comercial, preposto que esteja apto a orientar acerca das questões operacionais e financeiras relativas ao contrato, bem como, a encaminhar a solução para eventuais intercorrências;

5.3.4. Credenciar oficinas no do Espírito Santo, sobretudo nas cidades em que há unidades do IBGE e cidades do entorno, a fim de viabilizar a realização de orçamentos e a execução dos serviços.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. Fornecer 1 (um) cartão magnético para cada veículo da frota, para fins de controle e identificação, que deverá possuir identificação do IBGE e identificação do veículo (placa, marca, modelo), e substituí-lo sempre que necessário mediante emissão de nova via, ou fornecer outra solução informatizada via internet para identificação dos veículos e controle dos pagamentos que prescindia da utilização de cartão magnético.

5.5. No que se refere ao fornecimento de materiais e peças por parte de prestadores de serviço credenciados, a contratada deverá assegurar:

5.5.1. Fornecimento de pneus, conforme especificações do fabricante do veículo, com as especificações do INMETRO ou órgão equivalente, juntamente com o serviço de instalação/substituição;

5.5.2. Somente utilizar peças, materiais e acessórios genuínos, originais ou similares de primeiro uso, desde que atendidas às recomendações do fabricante do veículo, não podendo valer-se, em nenhuma hipótese, de itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais com autorização escrita da contratante;

5.5.3. Não poderão ser utilizados itens reconicionados, salvo nos casos excepcionais, com autorização da autoridade competente da contratada;

5.5.4. Os pneus serão fornecidos com garantia de 5 (cinco) anos e tamanho do sulco da banda de rodagem de pelo menos 8 (oito) milímetros.

5.5.5. As baterias devem ser fornecidas com garantia de pelo menos 18 (dezoito) meses.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. A Superintendência Estadual do IBGE no Espírito Santo (SES/ES-IBGE) é composta pela sede administrativa, localizada no município de Vitória, supervisões de pesquisas localizadas no mesmo endereço da sede e agências de coleta e disseminação localizadas nos municípios de Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica, Colatina, Guarapari, Linhares, São Mateus, Serra, Vila Velha e Vitória, nos endereços discriminados a seguir:

Unidade	Endereço
Sede estadual (1)	R. Pietrângelo de Biase, 56, 2º andar - Centro, Vitória - CEP: 29010-921
Agência Alegre	Rua Major Quintino, 71, Centro, Alegre - CEP: 29500-000
Agência Cachoeiro de Itapemirim	Rua 25 de Março, 33, salas 603/604, Centro, Cachoeiro de Itapemirim- CEP: 29300-100
Agência Cariacica	Avenida Expedito Garcia, 21, Loja 19, Campo Grande, Cariacica - CEP 29146-200
Agência Colatina	Avenida Getúlio Vargas, 305, Sala 208, Centro, Colatina - CEP 29700-011
Agência Guarapari	Rua Santana do Iapó, 31, salas 303 E 304, Muquiçaba, Guarapari - CEP: 29215020
Agência Linhares	Rua Governador Florentino Ávidos, 80, Nossa Senhora da Conceição, Linhares - CEP: 29900-490
Agência São Mateus	Rua João Bento Silves, 232, 3º andar, Centro, São Mateus - CEP: 29930-020
Agência Serra	Avenida Eldes Scherrer Souza, 1025, Sala 1003, Parque Residencial Laranjeiras, Serra - CEP: 29165-680
Agência Vila Velha	Rua Castelo Branco, 1107, Centro, Vila Velha - CEP: 29100-041
Agência Vitória (1)	R. Pietrângelo de Biase, 56, 2º andar - Centro, Vitória - CEP: 29010-921
Obs.: (1) A sede estadual e a Agência Vitória se encontram em processo de mudança para o endereço indicado acima, com previsão de mudança no primeiro trimestre de 2026. O atual endereço é o seguinte: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 675 - 9º andar e sala 311 - Enseada do Suá - Vitória/ES - CEP 29.050-912.	

5.6.2. A empresa deverá fornecer pelo menos 1 (um) estabelecimento credenciado em cada município em que haja uma unidade da SES/ES-IBGE e mais 2 (dois) estabelecimentos num raio de 50 (cinquenta) quilômetros de cada localidade, para os serviços previstos neste Termo de Referência, suficientes para que se possibilite o mínimo de 3 (três) orçamentos para cada Ordem de Serviço.

5.5.2.1. O credenciamento de que trata o item anterior deverá ser providenciado em até 60 (sessenta) dias contados da data de vigência do contrato, caso a rede credenciada da contratada não atenda ao requisito previamente estipulado.

5.6.3. A frota a ser atendida pela CONTRATADA, no ato da assinatura, composta por 41 (quarenta e um) veículos, é a seguinte:

Placa	Marca	Tipo	Ano	Cidade
MQY-1678	NISSAN	FRONTIER XE 4X4	2007	Linhares
MTE-1397	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Guarapari
MTA-0835	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Linhares
MTA-0844	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Vila Velha
KXL-4B10	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Serra
KXM-3F64	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Linhares
MTE-1396	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Cariacica

KXB-3C93	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Colatina
KXK-3C15	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Serra
MTA-0842	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	Guarapari
MTA-0836	FIAT	UNO MILLE ECONOMY	2010	São Mateus
MTV-9330	FIAT	UNO MILLE ECONOMY FL	2010	Alegre
MTV-9331	FIAT	UNO MILLE ECONOMY FL	2010	Colatina
MTV-9332	FIAT	UNO MILLE ECONOMY FL	2010	Cachoeiro de Itapemirim
MTV-9329	MITSUBISHI	PAJERO TR4 FLEX 4X4	2011	Cachoeiro de Itapemirim
PPV-9059	CITROËN	AIR CROSS START 1.6	2018	Vitória
PPU-8246	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Linhares
PPU-8248	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Alegre
PPU-8250	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Colatina
PPU-8252	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Serra
PPU-8251	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	São Mateus
PPU-8245	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Guarapari
PPU-8231	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Vitória
PPU-8247	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Cachoeiro de Itapemirim
PPU-8249	SUZUKI	JIMNY 4ALL 1.3 4x4 MT	2018	Linhares
QRG-9I36	FORD	KA	2020	Cariacica
QRG-9I53	FORD	KA	2020	Vitória
QRG-9I49	FORD	KA	2020	Alegre
QRG-9I59	FORD	KA	2020	Linhares
QRH-0B32	FORD	KA	2020	São Mateus
QRG-9I46	FORD	KA	2020	Vitória
QRG-9I28	FORD	KA	2020	São Mateus
QRG-9I37	FORD	KA	2020	Colatina
QRG-9I61	FORD	KA	2020	Serra
QRG-9I44	FORD	KA	2020	Linhares
QRG-9I24	FORD	KA	2020	Vila Velha
QRG-9I30	FORD	KA	2020	Vitória
QRG-9I18	FORD	KA	2020	Guarapari
QRG-9I42	FORD	KA	2020	Cachoeiro de Itapemirim
RBI-7E16	MITSUBISHI	L200 TRITON 4X4	2022	Vitória
RBI-7E05	MITSUBISHI	L200 TRITON 4X4	2022	Vitória

5.6.4. Os valores discriminados para serviço de mão de obra e aquisição de peças nos Estudos Técnicos Preliminares, que serviram como parâmetro para obtenção do valor de referência do serviço de manutenção de veículos, são meramente estimativos e baseados em despesas de anos anteriores e em pesquisas de mercado. Durante a execução do contrato, a contratante irá pagar apenas pelo que foi consumido.

5.6.5. A frota poderá sofrer modificações de acréscimo ou decréscimo, cujas alterações serão informadas à contratada.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. A fiscalização da rede de credenciadas, do quantitativo mínimo de oficinas de atendimento, da adequação dos valores das peças e serviços aos preços de mercado e da correta execução dos serviços por parte das oficinas fica a cargo dos fiscais setoriais;

6.16.2. A realização de cotações junto a três ou mais oficinas credenciadas da empresa contratada, buscando realizar o serviço de manutenção com o prestador que ofertar o menor preço abaixo do desconto oferecido pela empresa contratada, salvo em casos excepcionais, justificados e autorizados pelo(a) Superintendente Estadual do IBGE no Espírito Santo.

6.16.3. O sistema da contratada deverá exigir a inclusão, por parte da rede credenciada, de notas fiscais dos serviços realizados e das peças adquiridas, e a fiscalização deverá aferir a compatibilidade dos preços pagos com o mercado por meio de pesquisa de preços feita pela Administração.

6.16.4. Caso fique constatada a realização de serviços em desconformidade com os padrões de qualidade previstos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar anexo, a cobrança de sobrepreços, em desconformidade com os padrões do mercado, ou outra irregularidade por parte da rede credenciada, a contratante notificará a contratada formalmente, que deverá adotar as providências para a adequação do estabelecimento ou, em caso de reincidência, o seu descredenciamento.

6.16.5. Em caso de reiteradas ocorrências de sobrepreço, a Administração poderá adotar as providências para o rompimento do contrato, sem prejuízo da adoção de medidas administrativas, cíveis e criminais cabíveis, conforme o caso.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.21.1. Fiscalizar se as faturas de cobrança se encontram de acordo com os serviços prestados no período abrangido;

6.22.2. Fiscalizar se a contratada emitiu corretamente a nota fiscal referente ao serviço prestado juntamente com a fatura.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.22.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174 /2024;

6.22.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em anexo deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. A efetiva prestação dos serviços descritos em fatura mensal, de acordo com os parâmetros previstos no presente Termo de Referência, bem como, no instrumento contratual;

7.4.2. O recolhimento dos impostos devidos mediante a apresentação de nota fiscal pela contratada, juntamente com a fatura; e

7.4.3. O cumprimento dos demais dispositivos contratuais.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período em que ocorrer a finalização da Ordem de Serviço.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

Vi) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A10]

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reajuste

7.39. Em razão da natureza do objeto da licitação, e pelo fato de que os descontos sobre os preços dos itens foram cotados em percentuais, não caberá reajuste deste.

7.40. Considerando que os serviços efetuados pela rede de credenciados serão pagos/ressarcidos nas quantidades e qualidade efetivamente medidas, diminuídos dos eventuais descontos contratados, os preços desses poderão sofrer variação, de acordo com a sistemática do mercado, sem que isso importe em reajuste contratual.

7.41. Define-se como fixo e irrevogável os percentuais de desconto propostos pelo vencedor do certame que vier a ser contratado, não sendo alterados durante a vigência do contrato.

Cessão de Crédito

7.42. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.42.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.42.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.42.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.43. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** até 0,2% (**dois décimos por cento**) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **15 (quinze)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,1% (um décimo por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,1% (um décimo por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,1% (um décimo por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,1% (um décimo por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade **pregão**, sob a forma eletrônica, com dois itens em grupo único, com adoção do critério de julgamento pelo **maior desconto, no que se refere ao item 1** (serviço de manutenção de veículos), e pelo critério de **menor preço, no que se refere ao item 2** (gerenciamento da manutenção de veículos por sistema informatizado), sendo o vencedor aquele que apresentar a proposta com o **menor preço global**.

9.1.2. A proposta deverá ser apresentada conforme o Anexo I do presente Termo de Referência.

9.1.2. Não serão admitidas propostas com valores negativos para o item 2 (gerenciamento da manutenção de veículos por sistema informatizado), visto que eventuais descontos deverão ser ofertados no item 1 (serviço de manutenção de veículos).

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, considerando a natureza do objeto, que envolve tanto o fornecimento de solução tecnológica (sistema informatizado de gestão de manutenções) quanto a prestação de serviços contínuos (manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos) conforme a demanda.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.25. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para o período de doze meses**.
- 9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos no último exercício social, sob pena de inabilitação;
- 9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício;
- 9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.31. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.31.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 12 (doze) meses do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.32.1.2. Experiência em gerenciamento de manutenção da frota, com 50% do tamanho da frota própria da Superintendência Estadual do IBGE no Espírito Santo, que é composta por 41 veículos;

9.32.1.3. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.32.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.35. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.40. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.40.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.40.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

- 9.40.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.40.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.40.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.40.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.40.6.1. ata de fundação;
 - 9.40.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 9.40.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 9.40.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 9.40.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 9.40.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 9.40.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.412.708,40 (equivalente a R\$ 282.541,68 por ano), conforme custos apostos no Estudo Técnico Preliminar.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 11301/114619;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho: 229069;
- IV) Elemento de despesa: 33903919; e
- v) . Plano interno: PESQUISAS.

11.3. O plano interno pode ser alterado no decorrer da execução contratual a depender da necessidade do órgão.

11.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇOS

DADOS DA LICITAÇÃO

Órgão: Superintendência Estadual do IBGE no Espírito Santo (SES/ES-IBGE)

Modalidade: Pregão eletrônico nº. ____/____

Processo nº.: 03632.000201/2025-25

Objeto: Contratação de serviços contínuos manutenções preventivas e corretivas nos veículos que compõem a frota da Superintendência Estadual do IBGE no Espírito Santo (SES/ES-IBGE), gerenciado por meio de sistema informatizado, nos termos do Termo de Referência e dos seus anexos.

DADOS DA LICITANTE

Denominação/Razão social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Telefone: _____ / **E-mail:** _____

PROPOSTA

Grupo 1	Item 1	
	Serviço de manutenções preventivas e corretivas, reboque por guincho, reparo de pintura, funilaria, tapeçaria, chassis, mecânica, elétrica, instalação de película protetora solar e adesivos e lavagem, com o fornecimento de peças, acessórios, componentes e materiais, por meio de sistema informatizado de serviço de administração e gerenciamento, nos veículos que compõem a frota da Superintendência Estadual do IBGE no Espírito Santo (SES/ES-IBGE), em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e dos seus anexos.	
	Valor de referência: R\$ 1.633.187,75	Taxa de desconto: ____%
	(a) VALOR DA PROPOSTA: R\$	
	Item 2	
	Sistema de gerenciamento informatizado de manutenção veicular, em conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e dos seus anexos.	
	Valor de referência: R\$ 1,00	
(b) VALOR DA PROPOSTA: R\$		
VALOR GLOBAL DA PROPOSTA (a+b): R\$		

Por meio deste instrumento, declaramos estar ciente e de acordo com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que me responsabilizo, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Declaramos, ainda, que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital.

Responsável pela proposta: _____

Assinatura do responsável

14. ANEXO II

Não se aplica.

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS EDUARDO GASPAR JUNIOR

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 13:43:54.

VITOR CASAGRANDE PELANDA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 13:48:02.

LORENA SILVA ARRIVABENE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/03/2026 às 13:56:29.